

**CONFERÊNCIA**

---

**ALGUNS PROBLEMAS NO ENSINO DA  
HISTÓRIA (1).**

---

O presidente da *Sociedade de Estudos Históricos*, Prof. Odilon Nogueira de Mattos, solicitou-me que, nesta reunião de historiadores e professores, "agitássemos" certas questões referentes ao ensino da História no curso secundário. Procuraremos, portanto, apenas sugerir alguns problemas que, no nosso modo de entender merecem discussão, acreditando que da troca de idéias entre professores venham à luz sugestões que auxiliem à solução das dificuldades comuns.

Alguns obstáculos, entretanto, se nos apresentaram de início, pois, tentando particularizar, isolar problemas, verificamos que frequentemente relacionam-se àquêles, muito mais amplos, referentes ao ensino secundário em geral, dos quais ultimamente tomamos consciência de modo agudo. Todos nós, creio eu, já discutimos a respeito da "crise" do ensino secundário, que, convém acrescentar, parece-nos não ser exclusivamente um problema brasileiro: as publicações de outros países o evidenciam e os projetos e experiências de reformas o manifestam. De um modo geral, as principais críticas a êsse respeito referem-se à inadequação do curso secundário às necessidades da vida moderna, à discrepância entre as finalidades explícitas daquele curso e seus resultados reais, ao baixo nível de instrução obtida por meio dêle (o que se reflete no fracasso dos exames vestibulares às Faculdades). Considerando êsses sintomas, tenta-se diagnosticar suas causas, atribuídas a muitos fatores, como sejam:

- a). — a sobrecarga de matéria nos programas, ou a falta de cumprimento dos mesmos;
- b). — o ensino intelectualizado sem contacto com a vida real ou alunos demasiadamente solicitados pela agitação e distrações da vida moderna que se desinteressam pelas matérias escolares;

---

(1). — Conferência proferida na "Sociedade de Estudos Históricos" (São Paulo), em 21 de setembro de 1955.

τ). — professôres excessivamente preocupados com a matéria e despreocupados de suas finalidades ou professôres rotineiros e improvisados.

Ora, é claro que todos estes problemas preocupam aos professôres de História Geral e do Brasil. Sendo, entretanto, impossível ventilá-los todos, procuraremos atacá-los somente naquilo em que os atingem diretamente.

Outra dificuldade que se nos apresenta é a seguinte: para indicar e mesmo simplesmente enumerar nossas principais perplexidades impõem-se a escôlha de uma certa ordem, uma classificação de problemas que de certo modo os artificializam, pois todos êles têm relação entre si, são interdependentes, constituem factas, elementos, de um único problema, o do ensino da História no curso secundário. Assim, se tentarmos uma classificação, será por mera necessidade de exposição, e não por considerarmos que sejam problemas isolados, que possam ser resolvidos cada qual por sua vez.

Seguiremos, em sua explanação, a ordem sugerida pelos três magnos problemas didáticos: 1). — *os objetivos* do ensino da matéria (suas finalidades); 2). — *o conteúdo* que deve ser ensinado (os programas); 3). — *o método* de ensino (o processo).

Cumpre-nos observar que todos os três referem-se diretamente ao *aluno*, objeto central de nossas preocupações de professôres.

\*

\* \*

## I. — AS FINALIDADES DO ENSINO DA HISTÓRIA NO CURSO SECUNDÁRIO

### 1). — *A erudição e a compreensão.*

Marc Bloch, no seu *Métier d'historien*, propôs a questão da legitimidade da História, discutindo-a do ponto de vista do historiador. Aqui nós o proporíamos como o da legitimidade do ensino da História no curso secundário, do qual ela faz parte tradicionalmente. Não nos parece sejam dois problemas diferentes, mas interdependentes: se a humanidade esboça relatos históricos desde a mais remota antiguidade, e sob formas variadas manifesta seu interesse por êles, é que correspondem a uma necessidade do homem; e se ensinamos história às novas gerações é porque lhe atribuímos certos valores. Quais? E' justamente o que pretendemos discutir.

Uma questão preliminar vem pôr em relêvo o quanto o ponto de vista do historiador e o do professor estão relacionados: é a que se refere a duas orientações a respeito da História, que poderíamos, embora de modo um tanto rude, classificar como a do "historiador erudito" versus "historiador filósofo".

O primeiro, o historiador erudito, pertenceria à corrente do “deixar falar os fatos”, do pesquisador que através dos rigores da crítica, estuda a documentação e ressuscita os acontecimentos.

O segundo, seria aquêle que procura um sentido na História, interpreta os fatos, tenta explicar o como e o porquê do desenrolar do drama da humanidade. Com um pequeno passo à frente, dentro desta tendência, não podemos mais falar em historiadores, mas em filósofos da História, como Voltaire, Vico, Santo Agostinho, Hegel, ou modernamente Jaspers e Toynbee.

Apresentamos aqui uma antinomia, para maior clareza, sem esquecer as posições intermediárias que se apresentam entre o erudito, o que relata, temendo interpretar, e o arrojado, o inovador, que traz novos pontos de vista, derruba interpretações anteriores, entra em polêmicas e tira inferências dos fatos brutos.

São, no fundô, duas concepções diferentes quanto à finalidade da História que aí se encontram: a primeira procura conservar a memória do passado, conhecê-lo como tal por amor à tradição, conservá-lo para que não se perca; o passado, aí corre o risco de permanecer mudo, de não nos trazer mensagem alguma, de ser um passado congelado, objeto de museu. A segunda, busca um passado que se comunique conosco, que nos traga sua experiência, que, como diz Croce, responda às perguntas do presente, e admita que, conforme a época, a sociedade, a pessoa interessada, novos aspectos dêle sejam procurados, estudados, e novas interpretações sejam dadas a conjuntos de fatos. Este perpétuo refazer da História, é que indica sua perpétua juventude... enquanto que, por outro lado, é atacado como sua maior fraqueza, pela impossibilidade que tem a História de chegar a um ponto de vista absoluto, rigorosamente certo.

Como esta controvérsia se reflete na vida escolar?

Perante o professor também há o problema de escolher entre duas finalidades:

1a.). — A finalidade da História é dar conhecimento dos fatos referentes ao passado da humanidade, especialmente de sua pátria, como que a pagar uma dívida que temos para com êste passado, e que nos impede de relegá-lo ao esquecimento. E' fazer com que o aluno conheça fatos, dos quais temos certeza devidó ao trabalho de pesquisa do historiador, fatos que devem constituir um lastro de conhecimentos que julgamos indispensáveis, que rotulamos comumente como constituinte de sua “cultura geral”. A atitude do professor será então a de apagar-se perante os fatos, mostrar, indicar, como se indica a posição de um rio no mapa ou a de uma fôlha na planta.

2a.). — A atitude oposta será a de admitir-se uma finalidade que poderíamos chamar “experencial” da História, fazê-la valer

como experiência das gerações passadas, como enriquecimento da vida, desde que nela encontramos todos os aspectos dos pensamentos e ações dos homens vivendo em sociedade. Fazê-la instrumento de adaptação à sociedade em que vivemos, de ampliação das significações dos fatos de nossa vida atual, de formação de novas atitudes quanto às instituições e pessoas que nos rodeiam. Mas, se admitirmos esta finalidade, é necessário convir que não basta apresentar fatos, mas será, necessário interpretá-los, pois não estamos defendendo uma "História, mestra da vida" no sentido estrito da frase de Cícero. Não estamos supondo situações que se repetem e nas quais as soluções do passado possam ser válidas.

A fim de que se obtenha, através da História, experiência significativa que ilumine e estimule a ação presente, acreditamos seja necessário deixar o nível do relato e estudar os fatos em suas relações, procurando, senão explicá-los (conceito que por já ter um sentido muito peculiar dentro das ciências físicas e naturais torna-se perigoso), compreendê-los e interpretá-los.

A escolha entre essas duas atitudes, é necessário esclarecer, não se apresenta em termos da exclusão de uma ou de outra, mas o problema se nos afigura o seguinte:

Até que ponto, sendo o professor homem de um determinado tempo e sociedade, membro de um grupo político, religioso, econômico, ou social, com sua bagagem de estudo e experiência, inserido (*engagé*) na vida de certo modo, terá êle o direito de trazer à interpretação histórica, pontos de vista pessoais? (2).

Seremos nós, professôres, atores, cuja verdadeira personalidade não poderá manifestar-se no ensino? Mas... mesmo os atores, interpretam seu papel, "vivem-no" a seu modo. Até que ponto, pois, devemos ápresentar frieza, indiferença, contrôle na explicação de causas e conseqüências, nas valorizações, nas significações e no sentido dos fatos? Em resumo: qual o alcance e quais os limites do direito e dever que tem o professor de interpretar e explicar os fatos históricos?

## 2). — *Finalidades cívico-políticas.*

Entre os valores educacionais da História, tem sido muito acentuado o cívico político, que a tornou especialmente indicada para a formação de governadores e diplomatas. Atualmente, governantes e governados beneficiam-se dela, e pede-se-lhe a formação de uma bem compreendida consciência patriótica.

O problema aqui será conseguí-la sem "ufanismo" nem "pessimismo". Será a consecução de um equilíbrio entre as necessi-

(2). — Há mesmo traços temperamentais que orientam o sentido da interpretação histórica, como por exemplo, os diferentes pontos de vista do: cético, indiferente, exaltado, entusiasta, pessimista, otimista, etc.

dades de conhecer fatos, fomentar o julgamento, criar atitudes e desenvolver ideais.

Não haverá, possivelmente, divergência quanto ao papel da História no esclarecimento dos problemas nacionais, de sua gênese e condições; no desenvolvimento do interesse pelos mesmos e da capacidade de julgamento, na criação de sentimentos de responsabilidade cívica, lealdade à pátria, entusiasmo e confiança em seu futuro.

O problema, quando surge, é em termos de equilíbrio a conseguir entre os “fatores objetivos” da formação patriótica, isto é, o conhecimento das condições reais da existência histórica de um povo, e seus “fatores subjetivos” que favorecem a ligação de ordem afetiva entre o indivíduo e a pátria. Observando-se as falsificações que a História tem sofrido em nome do desenvolvimento de nacionalismos estritos ou agressivos evidencia-se o interesse que há em discutir questões que mesmo sem assumir êsses aspectos extremos, envolvem referências à liberdade de opinião e julgamento.

### 3). — *Compreensão internacional.*

Conseguir-se que a História cumpra seu papel na formação do sentimento nacional sem prejudicar outra de suas importantes finalidades, a de desenvolver a compreensão internacional, tem sido o objetivo de muitos trabalhos da ONU, através dos seminários internacionais, e das publicações da UNESCO. Essa aspiração tem raízes anteriores, pois já fôra objeto de cogitações da Sociedade das Nações. E’ pois, uma das questões relevantes no momento presente, a que se refere à contribuição do ensino da História para um melhor entendimento entre os povos, acentuando-se aí o perigo que certas interpretações da História podem trazer para a paz internacional.

### 4). — *Formação moral.*

Haverá possibilidade de fazer a História servir à formação moral do educando, sem falsear a verdade e sem mutilar seu conteúdo?

E’ sabido que dentro dela, tudo se encontra: os maiores heroísmos, os exemplos de abnegação e despreendimento, mas também tôdas as paixões mais mesquinhas e abjetas dos homens.

Chamamos a atenção para o fato de que a História dos manuais escolares, à força de ser resumida e esquematizada, tornou-se, cada vez mais, uma História de violências, de lutas pelo poder e pela supremacia — no nível nacional e internacional — de guerras, revoluções, golpes de Estado — que nos dão bem triste idéia dos progressos morais da humanidade.

Já Altamira, o historiador espanhol, pedia multiplicação dos exemplos de ideais elevados, como que a contrabalançar os de violência. O problema será novamente proposto, mais adiante, a propósito dos programas escolares.

5). — *História “magistra vitae”*.

Finalmente, reunindo numa só, várias finalidades comumente atribuídas à História, digamos que ela pretende simplesmente “ensinar a viver”. Isto que parece um tanto vago, não se separa do que foi visto anteriormente, mas completa-o: formar o cidadão do mundo e de um dado país, orientar seu julgamento ético e político fazem parte das funções da História, mas esperamos dela, também, o apetrechar para uma vida pessoal mais rica, eficiente, e cheia de significado.

O verdadeiro sentido de “cultura geral”, em nosso entender é o de dar-se ao espírito em processo de desenvolvimento, alimento adequado, e capaz de ser assimilado de modo a formar indivíduos não apenas adaptados à sociedade, mas conscientes de seus problemas, e ativamente responsáveis, individual e socialmente.

Muitos são, pois, os modos pelos quais a História poderá dar essa cultura geral que ensina a viver, e entre êles o desenvolvimento:

- a). — de interesses culturais: artísticos, científicos e outros;
- b). — da compreensão do vocabulário da vida social comum e de seus setores especializados;
- c). — da capacidade de observar, investigar, comparar, tirar conclusões e julgar as situações da vida social.

O problema que aqui encontramos provém das observações pessoais que todos nós fazemos: essa matéria que deveria ajudar o indivíduo a resolver questões da sua vida individual e social, é ensinada muitas vezes como se fôsse algo de tão remoto, de tão diferente da vida, que se forma um abismo entre a matéria escolar ensinada e a experiência do aluno, não chegando êste a perceber que a História é a própria vida da Humanidade.

Finalmente, e para resumir, acreditamos que as dificuldades do ensino que dizem respeito à consecução dos objetivos que propomos à História, referem-se, na maior parte das vezes, às relações entre as duas funções que são as de todos os professores: o ensinar e o educar, funções que não podem ser dissociadas sem prejuízo para ambas.

## II. — O PROGRAMA.

Vejamos quais as dificuldades que se nos oferecem desde que pretendemos transmitir e fazer entender a crianças ou ado-

lescentes uma disciplina que é constituída pela própria trama da vida humana em sua evolução através do tempo. Nela se encontram tôdas as manifestações da existência do homem, metódicamente apresentadas e encaradas segundo seus aspectos gerais (História Universal, Mundial ou da Civilização) ou particulares (Histórias Nacionais).

Há pois um problema que se agrava sempre, o da quantidade de fatos, pois êstes acumulam-se dia a dia, seja *verticalmente* (o passado recente que se vai tornando histórico, e o passado remoto sôbre o qual aparecem resultados de novas pesquisas), seja *horizontalmente* (novos documentos ou novas interpretações que ampliam conhecimentos sôbre determinados fatos ou períodos). É o que faz com que a História seja tida tradicionalmente como matéria enciclopédica exigindo dos alunos grande esforço de memória.

A primeira triagem já está realizada pelo programa a que se deve seguir. O nosso, organizado de acôrdo com os interesses da civilização europeu-americana, abrange, no tempo, perto de sete milênios de História, (o programa colegial abrange mesmo a pré-História) e no espaço o mundo todo, com predomínio da Europa e América.

Há clara consciência por parte dos professôres que, mesmo dentro dos tópicos do programa oficial, não é possível, nem conveniente, esgotar os temas propostos.

O acúmulo de matéria tornando necessária uma escôlha dos fatos que devem ser apreendidos, importa já num julgamento de valor: ao escolher, julgamos da importância daqueles, aferida de acôrdo com determinados critérios.

É, pois, mais o problema da qualidade dos fatos a tratar, que se nos apresenta. Se até o século XVIII tínhamos uma História predominantemente política, relato de guerras, lutas pela obtenção do poder, controvérsias diplomáticas, formas de govêrno e governantes, temos agora o desenvolvimento de uma História da Civilização, que considera o setor político como *um dos* muitos aspectos da cultura ou civilização, ao lado de arte, ciência, religião, economia etc. Tem prevalecido, entretanto, no ensino da História o anacrônico preconceito de encará-la sômente do ponto de vista político-militar — e assim o moderno critério de considerá-la reviviscência da vida integral da Humanidade — (incluindo mesmo a vida cotidiana, como o mostra Lucien Febvre em um de seus artigos), coloca-se frente à necessidade de um equilíbrio entre a quantidade e a qualidade dos fatos a ensinar.

Às vêzes tratar-se-á de selecionar reduzindo, aliviando o ensino daquilo que não venha a contribuir direta ou indiretamente à obtenção dos fins colimados. Em outros casos, propor-se-á a

ampliação, acolhendo como assunto de ensino temas que aí não eram desenvolvidos usualmente, como sejam os referentes à vida cultural, material ou espiritual de uma sociedade, minúcias às vezes, grandes linhas de desenvolvimento outras, desde que valiosos na caracterização de povos e épocas, ou importantes como elementos de experiência humana.

Há uma questão curiosa no que se refere a essa experiência humana: é a do vocabulário histórico. Para que palavras como: "parlamento", "classe social", "monopólio", "proletário", "doutrina", "absolutismo" e outras muitas, sejam compreendidas é necessário que se tenha certa experiência, certa "vivência" dos fatos reais que elas assinalam. Ora, terão os adolescentes esse lastro experiencial que dá sentido a uma nomenclatura abstrata e a torna diferente de um mero conjunto de sons memorizados?

Por outro lado, já admitimos ser função da História, dar ao imaturo a experiência do mundo e dos homens que lhe seria impossível obter diretamente, fazê-lo viver muitas vidas através dos séculos, transmitir-lhe, pois, com esse vocabulário o significado variável que possa ter tido conforme o povo e época a que se aplica, para que dessa comparação aquêle se esclareça.

Perguntaremos, pois, primeiramente, se a criança ou o adolescente estarão aptos para compreender a História, e depois, como conseguir torná-la apta para compreender a História... por meio da própria História.

Outras dificuldades correlatas ainda se apresentam, que não poderíamos desenvolver, não obstante sua importância. Em relação à própria experiência humana, que conhecem os alunos da psicologia adulta, individual ou social? Como então introduzi-las na complexa motivação de homens e grupos de antanho, com interesses e modos de viver tão diversos dos nossos?

E a noção de tempo, noção fundamental que preside a toda reconstrução histórica? As datas, como o vocabulário, tendem a ser decoradas sem nada significar. O problema será conseguir preenchê-las com todo o valor que devem ter como índices de tempo.

Muito haveria ainda a dizer dos nossos programas e dos obstáculos deles decorrentes. A sobrecarga de fatos de ordem política e governamental, em detrimento de outras ordens de fatos; a falta de temas adequados à idade e conhecimento dos alunos; a própria distribuição da matéria pelas diferentes séries do curso, constituem outros tantos problemas.

Em artigo da Professora Olga Pantaleão, a sair, no próximo número da revista *Anhembí*, encontrarão, os interessados, análise das mais completas referente aos programas de História do Ginásio, motivo pelo qual nos eximimos de desenvolver mais esta parte.



Indicaremos, apenas, e para resumir, que, a nosso ver coloca-se o professor, perante o roteiro oficial do curso, numa encruzilhada: o primeiro caminho, seria tratar superficialmente de todo o programa; o segundo, seria deixar nele sérias lacunas e o último, reestruturá-lo a seu modo, alterando por vêzes sua orientação e conteúdo.

### III. — OS PROBLEMAS METODOLÓGICOS.

Não é por meio do estabelecimento de normas rígidas, ou "receitas" didáticas que as informações psico-pedagógicas e as investigações e experimentações sôbre o ensino podem agir efetivamente para a renovação escolar. E' sobretudo na modificação do modo de pensar do professor, de seu modo de formular os problemas, que aquelas tornam-se úteis continuando, entretanto, os mestres a agir de modo pessoal, a imprimir um cunho próprio aos cursos que dão. As soluções serão sempre e forçosamente únicas, e decorrentes dos problemas especiais que se apresentam, resolvidos embora com o auxílio de sugestões da teoria e prática educacionais.

Em nossa matéria, tradicionalmente usa-se da preleção, atribuindo-se ao poder da palavra que arrebatava e emocionava todo o valor na transmissão dos conhecimentos. Ora, será possível atingir-se ao professor de História pela renovação pedagógica que derruba o "ídolo" da palavra e transforma a escola num centro de pesquisa ativa por parte do educando?

Em se tratando de matéria na qual os fatos não são diretamente observáveis, não se repetem nunca de modo idêntico e não suportam experimentação, resta-nos verificar que sentido teriam aí os novos ideais pedagógicos que pedem à escola uma "reconstrução da experiência", uma "redescoberta", uma "aprendizagem motivada" e ligada aos reais interesses dos alunos, e que a transformam, de instituição à margem da vida, em instituição na qual se desenvolvem experiências vitais?

Algumas "sugestões" vem aparecendo, de especial interesse para o professor de História, e cujo valor é, exatamente êsse: o de "sugestões", a discutir, a verificar, a estimular o engenho do mestre.

Assim, e a título de "amostra", poderíamos apresentar à discussão:

a). — O processo do "trabalho histórico", difundido entre outros por Roger Cousinet (*L'enseignement de l'histoire et l'éducation nouvelle*), que propõe seguir-se na escola o próprio processo de busca do historiador. A partir de documentos (que podem ser objetos e gravuras nas classes elementares, e textos, logo a se-

guir), deve-se orientar o aluno num trabalho de crítica histórica rudimentar.

b). — O método de problemas, que leva os alunos a procurar as informações necessárias para solucionar dificuldades, perplexidades, apresentadas de modo problemático, e que exige: pesquisa, leitura, reflexão pessoal e debates amplos.

c). — O método de “unidades”, centralizando ao redor de um determinado assunto que forme realmente uma unidade, seja no tempo, no espaço ou logicamente, tôdas as informações necessárias.

De um modo geral, acreditamos que questões como a da motivação, do material de ensino, do uso de manual e de textos documentários, dos trabalhos de pesquisa e expressão do aluno, e outros, se aparecem muitas vêzes, como problemas particulares a cada situação didática, muito teriam a se beneficiar pela troca de idéias e sugestões entre professores, pela comunicação de experiências vividas entre êles.

\*  
\* \* \*

Se a classe é o laboratório do professor, se é nela que surgem os problemas, levantam-se as hipóteses e escolhem-se as soluções, não queremos terminar, sem lançar um apêlo, para que não fique o trabalho dos mestres, adstrito a seus limites.

Através de órgãos de divulgação de pesquisas e trabalhos como vem sendo a *Revista de História* e como pretende ser a nova *Revista de Pedagogia*, poderão vir a público as suas contribuições para a solução dos problemas aqui tratados e de outros muitos que vem merecendo consideração. E, do livre debate dos mesmos, em reuniões como esta em que nos encontramos, esperamos colher sugestões para cada vez mais aperfeiçoar o ensino da História no Brasil.

**AMÉLIA DOMINGUES DE CASTRO.**

Assistente da Cadeira de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.